



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Procuradoria-Geral de Justiça

## **XVIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS** **Promotor de Justiça Substituto**

### **PROVA PREAMBULAR**

#### **Racionamento racional**

As políticas do governo para resolver o problema de escassez de eletricidade trazem algumas inquietantes semelhanças com os pacotões do passado. Há semelhanças óbvias com os “choques do petróleo”, pois envolvem o encarecimento de um insumo energético essencial. Parecem com o bloqueio de cruzados, porque há um mal universal infligido à sociedade e uma infinidade de situações especiais merecedoras de “torneirinhas”. Observam-se indícios de Plano Cruzado quando começam recriminações de natureza policialesca aos setores eletrointensivos, já tratados à boca pequena como os pecuaristas de 1986. E, pelo lado bom, o comportamento da população lembra a experiência da URV, pois um problema complexo foi perfeitamente entendido e a disposição para colaborar foi decisiva, como será desta vez.

O fato é que o governo tem diante de si um problema e um pacote em andamento. O desgaste decorrente da crise já está contabilizado no passivo. Um pacote bem-sucedido pode empatar ou mesmo virar o jogo. Mas, como somos todos sócios no fracasso, acho bom gastarmos o melhor de nosso tempo pensando em soluções.

Os professores Eustáquio Reis, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e Paulo Rabello de Castro, do Instituto Atlântico, avançaram nesse mesmo caminho, o primeiro propondo um “vale-quillowatt”. O segundo um “certificado de poupança de energia”.

Fazendo aqui uma pequena mistura do que propuseram os professores, eu incluído, e de idéias que estão no ar em Brasília, o que se vislumbra é que as distribuidoras de energia, atuando em consonância com os órgãos reguladores, sejam capazes de enviar, junto com a próxima conta de luz, um *voucher* garantindo ao usuário o direito de consumir, digamos, 80% do que foi registrado no mesmo mês do ano anterior. As contas de luz só podem ser pagas quando acompanhadas desses *vouchers* na mesma quantidade de quilowatts consumidos. Se o indivíduo gastou mais, vai ter de comprar *voucher* de alguém para conseguir pagar sua conta de luz. Se consumiu menos, vai ter sobras para vender ou guardar para o mês seguinte.

Muitos poderão fazer disso um negócio, e não há nada de errado com isso. Muitas indústrias podem preferir vender a energia que geram, ou que já compraram em contrato de prazo longo, a usá-la para produzir. Parece estranho, mas é perfeitamente racional em vista do sinal emitido pelos preços. Quanto mais limpidamente o governo deixar esses sinais fluírem pela economia, melhor será a alocação de energia existente, menor a escassez, menores o desgaste e a chateação.

FRANCO, Gustavo. *Veja.*, 6 de junho de 2001. Em foco, p. 140. (Texto adaptado).



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**1ª QUESTÃO:** Assinale a opção correta de acordo com o texto acima:

- a) O cidadão brasileiro não precisa se preocupar com a crise de energia, pois o pacote do governo será bem-sucedido.
- b) Diferente da experiência da URV, a população está colaborando com o plano governamental de economia de energia.
- c) O autor acredita que o pacote de racionamento em andamento não necessita de complementação.
- d) Se implementada a proposta do texto, o consumidor poderá auferir vantagem financeira com a venda de "vouchers" correspondentes à quantidade de quilowatts que conseguir economizar, dentro de sua cota de consumo.

**2ª QUESTÃO:** "Muitos poderão fazer disso um negócio..."

De acordo com o texto, o termo destacado refere-se com mais propriedade:

- a) Ao quarto parágrafo.
- b) Ao terceiro parágrafo, excluindo-se a última sugestão.
- c) Somente à idéia central do segundo parágrafo.
- d) À idéia de todos os parágrafos.

**3ª QUESTÃO:** O último parágrafo do texto tem a seguinte função:

- a) Reafirmar a idéia da introdução.
- b) Sustentar a proposta central do texto.
- c) Rearticular somente o parágrafo segundo.
- d) Reafirmar que o pacote em andamento será bem-sucedido.

**4ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa correspondente à frase em que não há nenhum erro de ortografia e acentuação:

- a) Atrás de tanta segurança, estava a ocultar todo o ressentimento que remoia a anos.
- b) Arrependia-se sempre da rispidez com que a recebia, pois não precisava ser advinho para saber que dali há instantes choraria por ela.
- c) Embora quisesse pôr o caso em discussão, hesitou muito ao perceber o constrangimento de todos.
- d) De tanto remexer na memória, o que lhe escapava à compreensão, já não sabia mais o quê dava tanta vida àquele amontoado de lembranças.

**5ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa que completa adequadamente a oração abaixo:

É provável que ..... vagas na academia, mas não ..... pessoas interessadas: são muitas as formalidades a ..... cumpridas.

- a) hajam, existem, ser
- b) hajam, existe, ser
- c) haja, existem, ser
- d) haja, existem, serem



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**6ª QUESTÃO:** Assinale a assertiva que preenche **corretamente** a oração abaixo:

Elas ..... providenciaram os atestados, que enviaram ..... às procurações, como instrumentos ..... para os fins colimados.

- a) mesmas – anexo – bastante
- b) mesmas – anexos – bastantes
- c) mesmas – anexos – bastante
- d) mesmo – anexos – bastantes

**7ª QUESTÃO:** O **que** devidamente empregado só não seria regido de preposição na opção:

- a) Ali está o abrigo.....necessitamos.
- b) O cargo.....aspiro é bem remunerado.
- c) Milton Nascimento é o cantor.....mais admiro.
- d) O rapaz.....te referiste foi contratado.

**8ª QUESTÃO:** Marque a frase **incorreta** quanto ao emprego dos pronomes:

- a) Vossa Excelência redigirá o vosso discurso amanhã?
- b) Ela é tal quais os pais.
- c) Naquela tarde, não houve nenhuma discussão entre ti e ela.
- d) Aquele rapaz é um profissional cujas opiniões devemos respeitar.

**9ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa em que o fragmento do texto extraído da *Folha de São Paulo: Mais!*, de 17.6.2001, esteja pontuado corretamente:

- a) "Os sacerdotes do mercado, por sua vez, não hesitaram em renegar, sem o menor pudor, o conteúdo de seus mais sagrados sermões."
- b) "Os sacerdotes do mercado, por sua vez, não hesitaram em renegar sem o menor pudor, o conteúdo de seus mais sagrados sermões."
- c) "Os sacerdotes do mercado por sua vez, não hesitaram em renegar, sem o menor pudor, o conteúdo de seus mais sagrados sermões."
- d) "Os sacerdotes do mercado por sua vez, não hesitaram em renegar sem o menor pudor, o conteúdo de seus mais sagrados sermões."

**10ª QUESTÃO:** Indique a seqüência que preenche **corretamente** as lacunas.

Comunico ..... Vossa Excelência que foi enviado o roteiro ..... presidência da Câmara Municipal para os últimos preparativos. O evento terá início ..... dez horas e estará aberto ... todos os profissionais da área jurídica, conforme o determinado ..... meses.

- a) à – à – às – a – a.
- b) a – à – às – a – há.
- c) a – a – às – a – há.
- d) a – à – às – a – a.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**11ª QUESTÃO:** A Constituição Federal de 1988, ao conferir privatividade ao Ministério Público para a promoção da ação penal pública, assegurou-lhe:

- a) uma parcela direta da soberania do Estado;
- b) uma parcela indireta da soberania do Estado;
- c) o princípio da indisponibilidade da ação penal pública;
- d) o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

**12ª QUESTÃO:** Nos casos de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, a decisão deste pelo arquivamento do inquérito policial pode ser revista:

- a) pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- b) pelo Colégio de Procuradores de Justiça, mediante requerimento de legítimo interessado;
- c) pelo Presidente do Tribunal de Justiça;
- d) por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça ou dos membros do respectivo órgão especial.

**13ª QUESTÃO:** O juízo competente para processar e julgar as ações coletivas ambientais é:

- a) o do lugar onde ocorreu ou deva ocorrer o dano;
- b) o do foro do local onde ocorreu ou deva ocorrer o dano, salvo se a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes;
- c) o do foro do domicílio do autor;
- d) o do foro do domicílio do réu.

**14ª QUESTÃO:** O direito à indenização por danos causados ao meio ambiente:

- a) prescreve a partir da data em que o fato chegou ao conhecimento do órgão ambiental competente;
- b) prescreve em 20 anos;
- c) prescreve de acordo com o mesmo regime aplicável ao direito de propriedade;
- d) é imprescritível.

**15ª QUESTÃO:** A ação civil coletiva de responsabilidade pelos danos individualmente sofridos, prevista no Código de Defesa do Consumidor (art. 91):

- a) somente pode ser proposta para defesa dos direitos dos consumidores;
- b) pode ser proposta por qualquer consumidor que tenha sofrido prejuízo, beneficiando a todos os consumidores em idêntica situação;
- c) não exige a participação do ministério público como fiscal da lei;
- d) não se circunscreve à reparação dos danos sofridos pelos consumidores, mas abrange os acarretados a terceiros, atingidos pelo produto ou serviço.

**16ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **incorreta**:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) o Ministério Público possui legitimidade para promover ação civil pública em defesa de interesses individuais relativos à infância e à adolescência;
- b) as recomendações expedidas pelo Ministério Público, visando à melhoria de serviços públicos afetos à criança e ao adolescente, não possuem caráter vinculativo;
- c) o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do foro do domicílio dos pais;
- d) em caso de procedência do pedido, nas ações civis coletivas de responsabilidade por danos individualmente sofridos, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados.

**17ª QUESTÃO:** O Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza o Conselho Tutelar a aplicar, dentre outras, a seguinte medida de proteção:

- a) colocação da criança ou do adolescente em família substituta, por decisão da maioria dos conselheiros;
- b) concessão de remissão pela prática dos atos infracionais de menor gravidade;
- c) advertência dos pais ou responsável;
- d) internação da criança ou do adolescente em entidade credenciada pelo poder público, na mesma localidade ou naquela mais próxima do domicílio de seus pais ou responsável.

**18ª QUESTÃO:** O desatendimento à requisição do Ministério Público, de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública constitui:

- a) apenas infração administrativa, sujeita a multa;
- b) contravenção penal;
- c) crime contra a administração pública, na forma dolosa ou culposa, conforme o caso;
- d) crime contra a administração pública, apenas na forma dolosa.

**19ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) a legitimidade do Ministério Público para propositura de ação civil pública é exclusiva.
- b) a decisão de arquivamento do inquérito civil é ato administrativo e como tal pode ser revisto pela Administração;
- c) o arquivamento do inquérito civil, após homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público não pode ser revisto;
- d) a assinatura de termo de compromisso de ajustamento de conduta em inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal impede que as associações civis proponham as ações cabíveis.

**20ª QUESTÃO:** Assinale a assertiva correta:

- a) a aplicação das sanções previstas na lei 8.429/92 (que define os atos de improbidade administrativa) depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público;
- b) a aplicação das sanções previstas na lei 8.429/92 depende da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal de contas;
- c) a aplicação das sanções previstas na lei 8.429/92 independe da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público e da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal de contas;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

d) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na lei 8.429/92 são imprescritíveis.

**21ª QUESTÃO:** Os empréstimos compulsórios podem ser instituídos:

- a) somente pela União, em situações excepcionais de guerra externa, ou sua iminência; calamidade pública; e, conjuntura que exija a absorção temporária de poder aquisitivo;
- b) pela União e pelos Estados, nos casos de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional ou regional;
- c) somente pela União, mediante lei complementar, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; e, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o princípio da anterioridade, com a vinculação do produto da receita a sua destinação;
- d) somente pela União, em casos excepcionais, para estabilização da economia, em uma conjuntura de hiperinflação, com prazo de vigência e condições de seu resgate, fixados em lei complementar.

**22ª QUESTÃO:** Quanto à repartição de competência entre as entidades componentes do Estado federal, o sistema adotado na Constituição vigente se fundamenta:

- a) na técnica de enumeração dos poderes da União, reservando-se aos Estados os poderes remanescentes;
- b) na atribuição dos poderes enumerados aos Estados e dos remanescentes à União;
- c) na enumeração das competências das entidades federativas;
- d) na enumeração dos poderes da União, com poderes remanescentes para os Estados e poderes definidos indicativamente para os Municípios, combinando com essa reserva, de campos específicos, possibilidades de delegação.

**23ª QUESTÃO:** As limitações ao direito de propriedade são:

- a) de caráter absoluto quando se trata de restrições;
- b) de caráter exclusivo quando se trata de desapropriações;
- c) de caráter perpétuo quando se trata de servidões;
- d) de caráter absoluto-transitório quando se trata de requisições.

**24ª QUESTÃO:** Na revisão constitucional o poder reformador:

- a) não fica sujeito ao controle de constitucionalidade;
- b) sofre "limitações circunstanciais" na vigência do estado de sítio, de estado de defesa ou de intervenção federal;
- c) não pode deliberar sobre proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais;
- d) sofre "limitações materiais inerentes" quanto às normas constitucionais relativas ao processo da própria emenda.

**25ª QUESTÃO:** O mercado interno integra:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) as instituições financeiras públicas ou de sociedade da economia mista;
- b) o patrimônio nacional;
- c) somente o sistema financeiro nacional;
- d) o capital estrangeiro das instituições financeiras.

**26ª QUESTÃO:** O princípio da irremovibilidade dos índios de suas terras deriva:

- a) da ocupação imemorial das terras;
- b) da prescrição imemorial;
- c) do modo tradicional de ocupação, produção e utilização das terras;
- d) da ocupação de terras devolutas.

**27ª QUESTÃO:** As terras congenitamente apropriadas pelos índios são:

- a) um reconhecido direito originário e reservado;
- b) *res nullis*;
- c) *res derelictae*;
- d) terras que se regem pelas normas do Direito Civil.

**28ª QUESTÃO:** A condenação do Militar pela justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos implicará:

- a) na perda da situação militar;
- b) na perda da patente e do posto;
- c) no julgamento de indignidade e incompatibilidade;
- d) na declaração de indignidade ou incompatibilidade do oficialato.

**29ª QUESTÃO:** O princípio da igualdade perante a lei penal importa:

- a) na aplicação da mesma pena para o mesmo delito;
- b) na aplicação da mesma lei penal e seus sistemas de sanções a todos quantos pratiquem o fato típico nela definido como crime;
- c) na vedação de privilégios decorrentes da função exercida pela pessoa;
- d) no tratamento igual em todas as situações.

**30ª QUESTÃO:** A nomeação dos ministros dos Tribunais Superiores pelo Presidente da República, sob controle do Senado Federal, a quem cabe aprovar o nome escolhido, resulta:

- a) na interferência do Poder Executivo na função jurisdicional;
- b) na interferência dos Poderes Executivo e Legislativo na função jurisdicional;
- c) na desarmonia entre os Poderes;
- d) no estabelecimento de um sistema de freio e contrapesos.

**31ª QUESTÃO:** Em relação aos crimes tributários tratados na Lei nº 8.137/90, pode-se afirmar que:

- a) são consumados no ano do exercício da declaração de rendas;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- b) aplica-se a teoria da atividade, posto que a Lei n° 8.137/90 não disciplina nem o tempo nem o lugar do crime;
- c) são consumados no ano do fato gerador do tributo;
- d) são consumados no momento em que o agente insere elementos inexatos nos livros exigidos pela lei fiscal.

**32ª QUESTÃO:** A avaliação do grau da culpa decorrente da valoração das contingências arroladas no § 4º do artigo 121 do Código Penal, cria:

- a) um conflito aparente de normas entre o § 3º e o § 4º do artigo 121, solucionado pelo mecanismo da especialização;
- b) o homicídio culposo qualificado, à moda do que ocorre com o homicídio doloso;
- c) uma unidade de medida para aferição mais segura do grau da culpa nos casos que menciona;
- d) outra valoração em face do tipo constante do § 3º do artigo 121 do CP.

**33ª QUESTÃO:** Na corrupção de menores:

- a) a habitualidade do ato libidinoso é necessária para a caracterização do delito;
- b) não se exige, por parte do agente, a finalidade específica de corromper;
- c) não se admite a tentativa;
- d) não é possível concurso material.

**34ª QUESTÃO:** "A", jurado do Tribunal do Júri, em um crime de homicídio qualificado, através de "B" seu irmão, particular, exige certa quantia em dinheiro da família do réu, para dar voto favorável a este. "A" e "B" responderão respectivamente por:

- a) ambos por corrupção passiva;
- b) ambos por concussão;
- c) "A" por corrupção passiva e "B" por extorsão;
- d) "A" por concussão e "B" por extorsão.

**35ª QUESTÃO:** Tipifique a conduta do agente que, para auxiliar o autor da subtração do veículo, modifica suas placas identificadoras a fim de assegurar-lhe a posse da *res furtiva*.

- a) favorecimento pessoal;
- b) receptação;
- c) favorecimento real;
- d) não houve crime.

**36ª QUESTÃO:** "A", testemunha num processo criminal, durante suas declarações em juízo, nega a verdade sobre fato relevante. Após a assinatura do termo de declarações, pressionada pela família do réu, por ter mentido, volta a sala de audiência para contar a verdade ao Juiz. Sobre "A" responda:

- a) o crime não chegou a se consumar em vista da retratação;
- b) responderá pelo artigo 342, § 1º do CP;
- c) haverá extinção da punibilidade, pela retratação;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

d) haverá extinção da punibilidade, pela retratação caso a vítima aceite.

**37ª QUESTÃO:** "A" encomenda de conhecido contrabandista aparelhos eletrônicos do Paraguai. "B", o contrabandista, é preso em flagrante na barreira da Polícia Federal brasileira com os referidos aparelhos e com a lista com nome e endereço de "A". "A e B" responderão respectivamente por:

- a) receptação e tentativa do art. 334, § 1º, c do CP;
- b) art. 334, "caput" e art. 334, § 1º, c do CP;
- c) ambos por tentativa do art. 334 do CP;
- d) art. 334, "caput" c.c. art. 14, II e art. 334, § 1º, c.c. art. 14, II.

**38ª QUESTÃO:** "A", funcionário público, usando da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, subtrai, com o auxílio de "B", seu irmão, particular-, objetos da repartição pública, onde trabalha. "A" e "B" responderão por:

- a) ambos por peculato-furto;
- b) "A" por peculato-furto e "B" por furto qualificado pelo concurso de agentes;
- c) "A" por furto duplamente qualificado e "B" por furto qualificado pelo concurso de agentes;
- d) ambos por furto duplamente qualificado.

**39ª QUESTÃO:** "A" é preso em flagrante, ao entrar no Brasil, em barreira policial, com arma de fogo de uso proibido, comprada no Paraguai. "A" responderá por:

- a) art. 10, § 2º da Lei 9.437/97 e art. 334 do CP em concurso material;
- b) art. 10, § 2º da Lei 9.437/97 e art. 334 do CP em concurso formal;
- c) art. 10, § 2º da Lei 9.437/97 e art. 334 do CP em concurso material, ambos na modalidade tentada;
- d) art. 10, § 2º da Lei 9.437/97 e art. 334 do CP c.c. art. 14, II, em concurso formal.

**40ª QUESTÃO:** "A" queria cruzar uma de suas novilhas com um touro de raça de seu vizinho. Como este não o permitia, ele, certa noite, ajudado por dois de seus vaqueiros cortou o arame da cerca de seu vizinho e levou a novilha ao curral do mesmo, oportunidade em que ela foi "coberta" pelo referido touro. Voltando, a cerca foi reparada, ficando como dantes. Verificou-se, posteriormente, que aquela novilha não ficou "emprenhada". Ocorreu na espécie:

- a) crime de esbulho possessório;
- b) crime de apropriação indébita;
- c) fato penalmente irrelevante;
- d) crime de furto.

**41ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) quando a lei revogadora perde a vigência a lei revogada se restaura automaticamente;
- b) os meios para a colmatação das lacunas da lei são: a indução, equidade e ab-rogação;
- c) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- d) a sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do “de cujus”.

**42ª QUESTÃO:** Para a Lei nº 9.278, de 10/maio/1.996, a união estável, reconhecida constitucionalmente como entidade familiar, pressupõe:

- a) que a convivência tenha a duração mínima de cinco anos;
- b) convivência duradoura, pública e contínua, de um homem e uma mulher, estabelecida com objetivo de constituição de família;
- c) o advento de prole para que o prazo mínimo de cinco anos seja dispensado;
- d) que desde o início seja o regime de bens estipulado.

**43ª QUESTÃO:** Sobre alimentos, assinale a alternativa **correta**:

- a) no caso de pais que, na enfermidade, ficaram sem condições de prover o próprio sustento, cabe, até em caráter provisional, aos filhos maiores e capazes, a obrigação irrenunciável de alimentá-los até o final de suas vidas;
- b) a obrigação alimentar pode ser estabelecida reciprocamente entre afins na linha colateral até o segundo grau;
- c) apresenta-se indiscutível o entendimento de que os alimentos entre os cônjuges são irrenunciáveis;
- d) o companheiro de uma mulher viúva que com ela viva há mais de cinco anos, e com ela tenha prole, poderá valer-se da ação de alimentos a seu favor.

**44ª QUESTÃO:** Em matéria relativa ao parcelamento do solo urbano, assinale a alternativa **correta**:

- a) considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes;
- b) o loteamento, uma vez registrado, não poderá, em nenhuma hipótese, ser cancelado;
- c) aprovado o projeto de loteamento pelo Poder Público, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de cento e oitenta dias, sob pena de pagamento de multa;
- d) somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal.

**45ª QUESTÃO:** A respeito da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015, de 31/12/73) é correto afirmar que:

- a) a decisão da dúvida tem natureza administrativa e impede o uso do processo contencioso competente;
- b) a dúvida não será julgada por sentença, se o interessado não impugná-la no prazo de quinze dias;
- c) nenhum registro poderá ser feito sem que o imóvel a que se referir esteja matriculado;
- d) consideram-se regulares, para efeito de matrícula, os títulos nos quais a caracterização do imóvel não coincida com a que consta do registro anterior.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**46ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) são nulos os atos jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial;
- b) se a coação exercida por terceiro for posteriormente conhecida à parte, a quem aproveite, responderá esta solidariamente com aquele por todas as perdas e danos;
- c) o dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos. É acidental o dolo, quando a seu despeito o ato se teria praticado, embora por outro modo;
- d) em se tratando de simulação de negócio jurídico, qualquer das partes envolvidas pode alegar o vício.

**47ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) para o casamento dos menores de vinte e um anos, sendo filhos legítimos, é mister o consentimento de ambos os pais. Discordando eles entre si, prevalecerá a vontade do cônjuge virago, ou sendo o casal separado, divorciado ou tiver sido o seu casamento anulado, a vontade do cônjuge, com quem estiverem os filhos;
- b) é obrigatório o regime de separação de bens no casamento contraído por mulher maior de cinquenta anos, comunicando-se, todavia, os aqüestos resultantes da conjugação de esforços do casal;
- c) é lícito aos nubentes a estipulação de pacto antenupcial, podendo ser estipulado por escritura pública ou no próprio termo de casamento;
- d) basta o adultério da mulher com quem o marido vivia sob o mesmo teto, para ilidir a presunção legal de legitimidade da prole.

**48ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) no usucapião constitucional urbano, como também no *pro labore*, o justo título e a boa fé do prescribente é presumida de forma relativa;
- b) não há fluência do prazo prescricional quando o proprietário do imóvel for menor de vinte e um anos;
- c) no usucapião rural, o prazo para usucapir é de cinco anos ininterruptos;
- d) aquele que, por vinte anos sem interrupção, nem oposição, com justo título e boa fé, possuir como seu imóvel não excedente a cinquenta hectares, tendo nele sua moradia, adquirir-lhe-á o domínio.

**49ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) na falta do pai ou da mãe, estende-se o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único bem daquela natureza a inventariar, ao filho portador de deficiência que o impossibilite para o trabalho;
- b) o testamento cerrado será aberto pelo Oficial que o lavrou;
- c) tanto a aceitação quanto a renúncia à herança pode ser expressa ou tácita, mas a renúncia deve ser confirmada por escritura pública ou termo nos autos;
- d) quando os netos, representando seus pais, sucederem aos avós, não serão obrigados a trazer à colação o que os pais teriam de conferir.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**50ª QUESTÃO:** João e Maria, casados no regime de comunhão parcial de bens, falecem no mesmo acidente aéreo. O patrimônio amealhado na constância do casamento, por título oneroso, é de R\$ 250.000,00. Além disso, João ganhou na super sena R\$ 230.000,00. É reconhecida no inventário a comoriência. João deixa os pais e três irmãos. Maria deixa dois irmãos e dois sobrinhos, que são filhos de um irmão pré-morto. A herança deve tocar:

- a) toda para os pais de João (R\$ 480.000,00);
- b) para os pais de João metade dos R\$ 250.000,00 e a totalidade do prêmio da super sena (R\$ 230.000,00). Para os irmãos e sobrinhos de Maria a metade dos R\$ 250.000,00 divididos em partes iguais, recebendo cada um, R\$ 31.250,00;
- c) metade de toda a herança para os irmãos de João (R\$ 240.000,00) e metade para os irmãos de Maria (R\$ 240.000,00);
- d) metade de toda a herança (R\$ 240.000,00) para os pais de João e a outra metade dividida em três partes, uma para cada um dos irmãos de Maria, recebendo cada um deles R\$ 80.000,00, e uma para os dois sobrinhos, recebendo cada um R\$ 40.000,00.

**51ª QUESTÃO:** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/maio/2.000), assinale a alternativa **incorreta**:

- a) a despesa com pessoal do Ministério Público, na esfera estadual, não poderá exceder dois por cento (2%) da receita corrente líquida;
- b) considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado;
- c) é permitida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo;
- d) é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento de despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta (180) dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão.

**52ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa em que é inexigível a realização de licitação:

- a) nos casos de guerra e grave perturbação da ordem;
- b) quando a União tiver de intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento;
- c) na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para prestação de serviços ou fornecimento de mão-de-obra, desde que o preço seja compatível com o do mercado;
- d) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica ou pela opinião pública.

**53ª QUESTÃO:** A Emenda Constitucional nº 19/98 introduziu expressamente na Constituição Federal o seguinte princípio da Administração Pública:

- a) impessoalidade;
- b) eficiência;
- c) publicidade;
- d) legalidade.

**54ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) a aquisição, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, de bens cujo valor é desproporcional em relação ao patrimônio ou renda do agente público, constitui exemplo de ato de improbidade administrativa;
- b) a previsão de aplicação judicial das sanções de improbidade administrativa, delineada no artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, significa que a legislação infraconstitucional instaurou uma instância única para a matéria e retirou o exercício da competência administrativa derivada do poder disciplinar;
- c) a exoneração, a aposentadoria do agente público ou o término da investidura em cargo, emprego ou função, impedem o aforamento da ação de improbidade administrativa;
- d) o seqüestro de bens do servidor público, devido a danos por ele causados ao patrimônio público, somente poderá ser decretado após o trânsito em julgado da sentença prolatada no processo respectivo.

**55ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) o poder regulamentar é inerente ao Chefe do Poder Executivo e pode ser por ele delegado a seus subordinados;
- b) os regulamentos complementam a lei e podem alterar ou extinguir direitos nelas previstos;
- c) os regulamentos são atos administrativos, postos em vigência por decreto, através dos quais podem ser instituídos tributos e criadas isenções fiscais;
- d) os atos administrativos vinculados podem ser anulados pela própria administração quando não atendido algum dos requisitos previamente estabelecidos na lei para sua realização.

**56ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) a celebração do contrato administrativo é direito do vencedor da licitação, não podendo a administração deixar de firmá-lo após concluído o certame;
- b) o contrato administrativo nulo não gera direitos e obrigações entre as partes, porque a nulidade original impede a formação de qualquer vínculo eficaz entre os contratantes, só subsistindo suas conseqüências em relação a terceiros de boa fé;
- c) a rescisão de contrato administrativo por interesse público, pela administração, exclui a possibilidade de eventual indenização ao contratado;
- d) os contratos administrativos não podem ser modificados unilateralmente pela Administração Pública.

**57ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) o servidor público será aposentado, compulsoriamente, aos setenta (70) anos de idade, com proventos integrais;
- b) na aposentadoria por invalidez permanente, os proventos são proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;
- c) provimento é o ato pelo qual o servidor é investido no cargo, emprego ou função;
- d) o servidor público sujeita-se à responsabilidade civil, penal e administrativa decorrente do exercício do cargo, emprego ou função.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**58ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) os bens de uso especial são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou mesmo alienados pela administração, se esta assim desejar;
- b) os bens públicos são, em regra, imprescritíveis e impenhoráveis, mas sujeitos à oneração;
- c) autorização de uso é o ato administrativo unilateral e discricionário, pelo qual a administração consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade;
- d) permissão de uso é o contrato administrativo pelo qual a Administração Pública faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

**59ª QUESTÃO:** O retorno do servidor público ao cargo de que se vira demitido, com a plena restauração dos direitos violados, inclusive o pagamento integral dos vencimentos e vantagens correspondentes ao tempo em que esteve afastado, por força de decisão judicial que reconhece a ilegalidade da demissão, recebe o nome de:

- a) revisão;
- b) reversão;
- c) reintegração;
- d) recondução.

**60ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) o poder discricionário é aquele que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade de escolha quanto à conveniência, oportunidade e conteúdo;
- b) na ação popular cabe ao Ministério Público assumir a defesa do ato impugnado, quando for autor cidadão, no gozo dos direitos políticos, com 17 anos de idade;
- c) a revogação do ato administrativo editado pelo Poder Executivo, pode ser feita pelo Poder Legislativo, apenas por razões de oportunidade e sempre obedecido o quorum regimental;
- d) a aquisição da estabilidade se dá após três (3) anos de efetivo exercício, após nomeação para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, ou dez (10) anos de efetivo exercício em cargo de provimento em comissão, independentemente de concurso.

**61ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) elementos da ação: as partes, o objeto e a causa de pedir. Sujeitos da ação: principais (autor – réu – juiz), especiais (representante do Ministério Público) e secundários (testemunhas – perito – escrivão). Pressupostos processuais são os requisitos necessários para constituição e o desenvolvimento regular do processo;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- b) a jurisdição civil é contenciosa ou voluntária (graciosa). Quanto à sua natureza, no processo de conhecimento a sentença pode ser condenatória, constitutiva ou declaratória;
- c) a legitimação pode ser ordinária ou extraordinária. Na legitimação extraordinária o substituto processual está legitimado a litigar em nome próprio na defesa de direito alheio;
- d) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito. Não sendo cumprido o despacho dentro do prazo, se a providência couber: ao autor, o juiz decretará o abandono do processo; ao réu, reputar-se-á revel; ao terceiro, será excluído do processo.

**62ª QUESTÃO:** Marque a alternativa **correta**:

- a) quanto à posição processual o litisconsórcio pode ser: ativo, passivo ou misto; necessário ou facultativo; originário ou ulterior;
- b) pode ocorrer a limitação pelo Ministério Público em razão do tempo e para não dificultar o exercício da defesa, no litisconsórcio facultativo – multitudinário;
- c) a natureza jurídica da oposição é de ação;
- d) o Ministério Público atua como agente, promovendo a ação nos casos previstos em lei, e como interveniente, atuando como fiscal da lei nas ações em que haja interesse de órgãos públicos.

**63ª QUESTÃO:** Na audiência, quando presentes Autor e Réu, encerrada a instrução, qual o momento de o Ministério Público manifestar-se quando atua como fiscal da lei, no Processo Civil?

- a) antes da manifestação das partes;
- b) após a manifestação do Réu;
- c) após a manifestação do Autor;
- d) após a manifestação das partes.

**64ª QUESTÃO:** Em relação à competência, pode-se afirmar que:

- a) o Ministério Público tem legitimidade para recorrer na ação de acidente do trabalho, ainda que o segurado esteja assistido por advogado. A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício. A competência absoluta pode ser modificada;
- b) o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte; é necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais (Súmula n. 189/STJ);
- c) o conflito entre autoridade judiciária e autoridade administrativa, ou só entre autoridades administrativas, chama-se Conflito de Atribuições. Determinação, segundo CHIOVENDA: critério objetivo (em razão da matéria, em razão da pessoa e valor da causa); critério territorial; critério funcional ou hierárquico;
- d) a competência é determinada no momento da propositura da ação e não se altera mais, até o final da demanda, salvo se as partes mudarem seus domicílios para outras Comarcas.

**65ª QUESTÃO:** Aponte a opção **incorreta**:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) é nulo o processo, quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deveria intervir. Se o processo tiver corrido, sem o conhecimento do Ministério Público, o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado;
- b) ocorre a extinção do processo com julgamento de mérito: quando o juiz indeferir a petição inicial; quando não concorrer as condições da ação; quando o autor desistir da ação; ocorre a extinção do processo sem o julgamento do mérito: quando as partes transigirem; quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição;
- c) a tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada;
- d) o pedido será alternativo, quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo. É lícito formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

**66ª QUESTÃO:** Identifique a alternativa **correta**:

- a) não sofrem os efeitos da revelia o réu preso e o revel citado por edital ou com hora certa, pois nestes casos a contestação será oferecida por curador especial;
- b) nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge não valerá sem a do outro;
- c) nos termos da lei, por meio de embargos de declaração, não é permitido ao juiz alterar a sentença. Faz coisa julgada a parte dispositiva da sentença;
- d) denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

**67ª QUESTÃO:** Acerca da Declaração de Inconstitucionalidade e da Ação Rescisória é **correto** afirmar que:

- a) argüida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à sessão ou câmara, a que tocar o conhecimento do processo;
- b) o Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito privado responsáveis pela edição do ato questionado, se assim o requererem, poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade, observados os prazos e condições fixados no Regimento Interno do tribunal;
- c) a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: depois da sentença, o autor obtiver documento novo, cuja existência não ignorava, ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
- d) tem legitimidade para propor ação rescisória o Ministério Público: se não foi ouvido no processo, em que lhe era obrigatória a intervenção; quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

**68ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) proceder-se-à à liquidação quando a sentença não determinar o valor ou não individualizar o objeto da condenação. Modalidades de liquidação: cálculo do contador, arbitramento e artigos;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- b) cada parte interporá o recurso, independentemente, no prazo e observadas as exigências legais. Sendo, porém, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte. O recurso adesivo fica subordinado ao recurso principal. A insuficiência no valor do preparo implicará em deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias;
- c) o relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou do Tribunal Superior. Da decisão caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houve retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento;
- d) podem promover a execução forçada: o credor a quem a lei confere título executivo; o Ministério Público, nos casos prescritos em lei.

**69ª QUESTÃO:** Marque a alternativa **incorreta**:

- a) na execução de sentença ou da decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo;
- b) o processo cautelar é acessório, revogável, instrumental, provisório, autônomo, dependente, em regra, do destino do processo principal. A sentença proferida em processo cautelar não faz coisa julgada material, podendo ser modificada ou revogada a qualquer tempo, salvo se acolher alegação de prescrição ou decadência;
- c) é lícito pedir alimentos provisórios: nas ações de desquite e de anulação de casamento, desde que estejam separados os cônjuges; nas ações de alimentos, desde o despacho da petição inicial; nos demais casos expressos em lei;
- d) a ação de consignação em pagamento é considerada como de natureza dúplice, não necessitando de reconvenção, eis que na própria ação principal (ação e contestação), discute-se todo o mérito da causa (Humberto T. Júnior).

**70ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria procuração, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família;
- b) o foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com alimentos;
- c) os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, não transmitindo-se aos herdeiros do devedor;
- d) no acordo de desquite não se admite renúncia de alimentos, que poderão ser pleiteados ulteriormente, verificados os pressupostos legais.

**71ª QUESTÃO:** As fontes do direito do trabalho obedecem à seguinte hierarquia:

- a) a Constituição Federal, as leis, a sentença normativa, a convenção coletiva e os usos e costumes;
- b) a Constituição Federal, a convenção coletiva do trabalho, as leis, a sentença normativa, e os usos e costumes;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- c) a Constituição Federal, a sentença normativa, as leis, a convenção coletiva do trabalho e os usos e costumes;
- d) a Constituição Federal, os usos e costumes, a convenção coletiva, as leis e os usos e costumes.

**72ª QUESTÃO:** Constituem elementos da relação contratual trabalhista, exceto:

- a) o trabalho avulso;
- b) o trabalho rural;
- c) o trabalho eventual;
- d) o trabalho temporário.

**73ª QUESTÃO:** Não é característica do contrato de trabalho ser:

- a) consensual;
- b) sinalagmático;
- c) oneroso;
- d) exclusivo.

**74ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **correta**:

- a) o percentual máximo de remuneração para horas extras é de cinquenta por cento;
- b) no regime de turnos ininterruptos, conforme consagrado na Constituição Federal, a jornada deve observar o máximo de oito horas, salvo negociação coletiva;
- c) a lei possibilita que as férias, excepcionalmente, sejam concedidas em dois períodos. Esta exceção não se aplica aos menores de 16 (18) anos e maiores de 50 anos;
- d) caracteriza-se a sucessão trabalhista pela passagem de uma unidade econômico-jurídica de um para outro titular somada à ausência de interrupção na prestação dos serviços.

**75ª QUESTÃO:** Marque a alternativa **incorreta**:

- a) é de 60 quilogramas o peso máximo que um empregado pode remover individualmente;
- b) de acordo com a Constituição Federal, o direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve: em dois anos, após a extinção do contrato de trabalho, para o trabalhador rural;
- c) a dobra salarial de que cogita o artigo 467 da CLT cabe relativamente às parcelas salariais incontroversas, em qualquer hipótese rescisórias;
- d) é nula a contratação de servidor público sem concurso.

**76ª QUESTÃO:** Identifique a alternativa **correta**:

- a) existe vínculo empregatício entre as cooperativas e os cooperados;
- b) período de experiência e contrato de experiências significam a mesma coisa;
- c) o percentual de adicional de insalubridade incide sobre o salário normativo;
- d) o salário é impenhorável, salvo para pagamento de crédito alimentício.

**77ª QUESTÃO:** Marque a alternativa **incorreta**:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) é proibido o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- b) na suspensão do contrato, o empregado não trabalha; não recebe salário; nem o tempo de serviço é contado;
- c) o juiz não pode converter a reintegração em pagamento em dobro;
- d) no caso de rescisão indireta, o empregado poderá ou não permanecer no emprego.

**78ª QUESTÃO:** Assinale a alternativa **falsa**:

- a) a doença profissional e a doença do trabalho equiparam-se ao acidente de trabalho para efeitos de garantia de emprego;
- b) o direito comum somente será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste;
- c) em matéria de horário noturno é relevante a diferença entre trabalhadores na lavoura e na pecuária;
- d) os atos faltosos após a rescisão contratual poderão ser invocados como configuradores da justa causa.

**79ª QUESTÃO:** Aponte a alternativa **correta**:

- a) é do empregado a prerrogativa para definição da época da fruição das férias;
- b) é inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos;
- c) o acordo coletivo de trabalho é levado a efeito entre os sindicatos;
- d) o pagamento do salário deve ser efetuado até o 5º dia do mês subsequente.

**80ª QUESTÃO:** Marque a alternativa **incorreta**:

- a) extinto o contrato de trabalho, é de cinco anos o prazo prescricional para reclamar em Juízo o não-recolhimento da contribuição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- b) as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso-prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado;
- c) as empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho;
- d) quando não existir na localidade nenhum dos órgãos (sindicato – Ministério do Trabalho), a assistência da rescisão contratual será prestada pelo representante do Ministério Público ou, onde houver, pelo Defensor Público e, na falta ou impedimento destes, pelo Juiz de Paz.

**81ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) a competência para a execução da sentença penal condenatória está prevista no art. 575, IV, do CPP, ao determinar que a execução fundada em título judicial se processará



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- perante o juízo criminal competente, quando o título executivo for a sentença penal condenatória;
- b) a sentença penal condenatória transitada em julgado pode ser executada no juízo civil para reparação do dano. É ela título executório civil, dispensando-se, assim, a ação ordinária;
  - c) a sentença penal que absolver o réu por uma das excludentes da ilicitude não faz coisa julgada no civil;
  - d) impede a propositura da ação civil a decisão que julga extinta a punibilidade.

**82ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) no caso de crime inafiançável, a intimação da sentença de pronúncia, se possível será pessoal; caso não encontrado o réu, far-se-á a intimação via editalícia, bem como de seu procurador;
- b) não havendo recurso da pronúncia ou confirmada a decisão pelo tribunal, o Ministério Público após receber os autos, oferecerá o libelo, no prazo de cinco dias, podendo ser aditado pelo assistente da acusação, no prazo de dois dias, para incluir agravantes, arrolar testemunhas, até completar o máximo legal, etc;
- c) o Promotor de Justiça poderá apresentar o rol de testemunhas que deseja ouvir em plenário, até o máximo de oito, que tenha prestado testemunhos durante a instrução;
- d) quando mais de um crime for imputado ao réu, os artigos referentes a cada um serão alinhados em séries diversas em tantos libelos quantos forem os crimes.

**83ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) quando o juiz presidente do tribunal do júri indefere o pedido de justificações e perícias requeridas pelas partes, proferindo decisão definitiva, impedindo o exercício do direito de ação, cabe recurso em sentido estrito;
- b) é vedado ao jurado, durante os debates no tribunal do júri pedir ao orador, Membro do Ministério Público ou advogado, que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou citada;
- c) para apresentar o libelo, em caso de ação privada subsidiária da ação pública nos crimes de competência do Júri e da ação privada exclusiva por crime conexo ou continente com o da competência do Tribunal Popular, o prazo para o querelante é de dois dias;
- d) n.d.a.

**84ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

Diz-se, quanto à competência, que a conexão intersubjetiva por simultaneidade ocorre quando:

- a) duas ou mais infrações houverem sido cometidas por várias pessoas em concurso, ao mesmo tempo, ou em local e tempo diferentes;
- b) duas ou mais infrações houverem sido cometidas por diversas pessoas umas contra as outras;
- c) duas ou mais infrações houverem sido cometidas, ao mesmo tempo, por diversas pessoas reunidas;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- d) duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras ou para conseguir impunidade em relação a qualquer delas.

**85ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) em matéria de prova pericial, o Juiz ficará adstrito ao laudo pericial se os peritos forem oficiais;  
b) no juízo penal, somente quanto ao estado das pessoas é que serão observadas as restrições à prova estabelecida na lei civil;  
c) o Juiz formará o seu convencimento por íntima convicção na apreciação da prova;  
d) a falta de exame complementar não pode ser suprida pela prova testemunhal.

**86ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) nos crimes de ação pública, o Juiz não poderá reconhecer atenuantes, se não constarem do pedido da defesa;  
b) nos processos de competência do Júri, a falta de prova da existência do crime importará em absolvição sumária do acusado;  
c) a sentença de pronúncia, após o seu trânsito em julgado, pode ser alterada pela verificação superveniente de circunstância que modifique a classificação do crime;  
d) se, na *mutatio libelli*, o fato é o mesmo e, errônea a classificação dada ao crime, para ser o réu condenado na tipificação correta, impõe-se o aditamento da denúncia.

**87ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

No caso de pena restritiva de direitos ou multa imposta na transação penal, quando ocorre a prescrição da pretensão executória?

- a) nos termos do art. 109 do Código Penal;  
b) nos termos do art. 110 do Código Penal;  
c) nos termos do § 2º do art. 110 do Código Penal;  
d) n.d.a.

**88ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) na sentença de pronúncia, deve o Juiz reconhecer a existência de qualificadoras e de causas de diminuição de pena, nunca de agravantes e atenuantes simples;  
b) na quesitação do Júri, o Juiz deve indagar sobre a ocorrência de concurso material, concurso formal e crime continuado;  
c) se duas são as vítimas, deve o Juiz formular ao Conselho de Sentença duas séries de quesitos, correspondentes a cada uma delas;  
d) a Constituição de 1988 suprimiu, no julgamento pelo Tribunal do Júri, a incomunicabilidade dos jurados.

**89ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

Da decisão que determina a suspensão do processo e da prescrição, nos termos do art. 366 do CPP, cabe:



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- a) apelação;
- b) recurso em sentido estrito;
- c) embargos de execução;
- d) agravo em execução.

**90ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) as omissões da denúncia não podem ser supridas após o seu recebimento;
- b) nulo é o julgamento pelo Tribunal do Júri, independentemente da arguição das partes, se não houver intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade;
- c) a incompetência do Juízo anula somente os atos decisórios;
- d) a errônea capitulação do crime contida na nota de culpa invalida o auto de flagrante.

**91ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) a Lei nº 7.913, de 1989, reconhece legitimidade ativa ao Ministério Público para propor, de ofício ou a pedido da CVM, ação civil pública para evitar prejuízos ou obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado, decorrentes, principalmente de práticas irregulares;
- b) ações ordinárias são aquelas que conferem aos seus titulares um complexo de direitos diferenciado, como, por exemplo, a prioridade na distribuição de dividendos ou no reembolso do capital, com ou sem prêmio;
- c) ações preferenciais são aquelas que conferem aos seus titulares os direitos que a lei reserva ao acionista comum. O estatuto não precisará disciplinar esta espécie de ação, uma vez que dela decorrem, apenas, os direitos normalmente concedidos aos sócios da sociedade anônima;
- d) ações de fruição são aquelas atribuídas aos acionistas cujas ações não foram totalmente amortizadas. O seu titular estará sujeito às mesmas restrições ou desfrutará das mesmas vantagens da ação ordinária ou preferencial amortizada, salvo se os estatutos ou a assembléia geral que autorizar a amortização dispuserem em outro sentido.

**92ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) a competência para a apreciação do processo de falência, de concordata preventiva, bem como de seus incidentes, é do juízo onde se encontra a sede estatutária ou contratual que vem mencionada no ato constitutivo da empresa;
- b) quando se tratar de autofalência, o pedido do devedor deve vir instruído com um balanço patrimonial, a relação dos credores e o contrato social ou, se inexistente, a relação dos sócios;
- c) o pedido de falência prescreve em 05 anos após o encerramento das atividades comerciais pelo devedor, presumindo-se como ocorrendo dito encerramento na data constante no Registro da Empresa;
- d) a sentença que declara a falência com base na impontualidade injustificada do devedor pode ser impugnada por recurso de apelação.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**93ª QUESTÃO:** Ao impetrar concordata preventiva, a Casa dos Tecidos Bom Jesus Ltda. apresentou a relação nominativa de todos os credores, nela incluindo o Banco do Brasil S/A, com quem celebrara contrato de empréstimo com garantia hipotecária. O Banco do Brasil S/A requereu sua exclusão.

Assinale a opção **correta**:

- a) não pode, porque todos os bens da concordata respondem pelas obrigações sociais dela;
- b) não pode ser atendido, porque todos os credores devem figurar na lista nominativa;
- c) deve ser atendido, porque a garantia dada não se sujeita aos efeitos da concordata;
- d) n.d.a.

**94ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) os títulos de crédito rural são considerados pelo legislador como de natureza civil, uma vez que a sua finalidade é servir de instrumento ao financiamento das atividades rurais, as quais refogem ao âmbito do Direito Comercial;
- b) os títulos emitidos à ordem são aqueles emitidos em favor de determinada pessoa e transferíveis por endosso; sendo assim, sua circulação é mais difícil do que a dos normativos e mais fácil do que as do portador;
- c) a apresentação da cambial é indispensável para o exercício do direito ao pagamento; sendo que esta prova-se pelo projeto, e a não apresentação acarreta a perda do direito de regresso contra o sacador e o endossante, não, porém, contra os seus avalistas;
- d) o endosso, além da função de fazer circular a cambial, exime a responsabilidade pelo pagamento do título a terceiros. Havendo novos endossatários, o protesto não será obrigatório.

**95ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) a concordata preventiva serve para prevenir e evitar a falência. A concordata só abrange os credores quirografários, não envolvendo, portanto, os privilegiados nem os que tenham garantias reais;
- b) dentro do prazo de 30 dias, contados da publicação do despacho de processamento do pedido de concordata, os interessados poderão impugnar crédito relacionado na inicial, quanto à sua legitimidade e importância;
- c) ocorrendo a desistência do pedido de concordata preventiva e se este for homologado, o recurso cabível é recurso em sentido estrito;
- d) ao contrário do que ocorre na falência, o quadro geral de credores na concordata preventiva é elaborado em autos apartados, com base na lista nominativa inicial dos credores sujeitos à concordata.

**96ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) diferenciam-se as sociedades de fato das sociedades irregulares, não obstante ambas se constituírem dentro das prescrições legais, em razão de as primeiras deixarem de cumprir as obrigações imposta por lei;
- b) não podem as sociedades comerciais ser constituídas, conjuntamente, de pessoas físicas e pessoas jurídicas;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- c) são pessoas jurídicas todas sociedades comerciais reconhecidas pelo direito brasileiro, inclusive as sociedades em conta de participação.
- d) as sociedades por ações são sempre sociedades comerciais, qualquer que seja seu objeto.

**97ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) o falido que não tenha na oportunidade própria requerido o benefício da concordata suspensiva poderá deduzi-lo a qualquer tempo, obtendo com isso a interrupção da realização do ativo e o pagamento do passivo;
- b) na falência de sociedade anônima, o pedido de concordata suspensiva independe do consentimento da Assembléia dos acionistas;
- c) o pedido de concordata suspensiva será deduzido em juízo após a realização do ativo;
- d) a apresentação da cambial é indispensável para o exercício do direito ao pagamento; sendo que esta prova-se pelo projeto, e a não apresentação acarreta a perda do direito de regresso contra o sacador e o endossante, não, porém, contra os seus avalistas.

**98ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) o sacado de um cheque não tem qualquer obrigação cambial. O credor do cheque não pode responsabilizar o banco sacado pela inexistência ou insuficiência de fundos disponíveis. O sacado não garante o pagamento do cheque, posto que a lei proíbe o aceite do título bem como o endosso e o aval de sua parte;
- b) o cheque visado é aquele em que o banco sacado lança declaração de suficiência de fundos, a pedido do emitente ou do portador legitimado. O visamento equivale ao aceite, posto que não vincula o banco ao pagamento do título, se houver provisão de fundos;
- c) um cheque com cruzamento em branco somente poderá ser pago a um banco ou a um cliente do sacado com autorização expressa do gerente, mesmo que não tenha fundos;
- d) n.d.a.

**99ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

- a) os credores quirografários, cujos nomes não constam da lista nominativa inicial, devem habilitar os seus créditos na concordata preventiva. Esses créditos são declarados e verificados na mesma forma como na falência de rito comum;
- b) por atingir somente os créditos quirografários, na concordata é obrigatória a classificação dos créditos;
- c) se não houver declaração tempestiva ou impugnação, o juiz simplesmente homologará como quadro geral a lista nominativa dos credores quirografários, dentro de 10 (dez) dias a contar do despacho saneador;
- d) na concordata preventiva, não incide correção monetária.

**100ª QUESTÃO:** Assinale a opção **correta**:

Nos processos de concordata preventiva, em que oportunidade podem os credores opor embargos ao pedido de concordata?

- a) cinco dias após o deferimento do processamento da concordata;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- b) cinco dias após a homologação por sentença de seu crédito;
- c) cinco dias após a entrega do Relatório do Comissário;
- d) cinco dias após a publicação do aviso aos credores.

**PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS**

**1ª QUESTÃO:** Copie as frases abaixo corrigindo-as, **se necessário**, de acordo com a norma culta, quanto à colocação pronominal:

- a) Os sinos me chamam pouco antes do anoitecer para as rezas dos padres.
- b) A sessão solene que realizar-se-ia às 15 horas, se realizará às 19 horas.
- c) Havia contado-lhe a verdade.
- d) De que serve a filosofia, quando tem-se por diante um teimoso.
- e) Aqui, se trabalha.

Respostas:

- a) \_\_\_\_\_
- b) \_\_\_\_\_
- c) \_\_\_\_\_
- d) \_\_\_\_\_
- e) \_\_\_\_\_

**2ª QUESTÃO:** Coloque os verbos entre parênteses nos tempos indicados, conforme o contexto.

- a) Quando ela \_\_\_\_\_(vir – futuro do subjuntivo) e nos \_\_\_\_\_(ver – futuro do subjuntivo) neste local, ficará surpresa.
- b) O promotor de justiça \_\_\_\_\_, (arguir - presente do indicativo) exaustivamente, a testemunha.
- c) Ele \_\_\_\_\_(reaver – pretérito perfeito do indicativo) tudo o que perdeu.
- d) Só farei as coisas que me \_\_\_\_\_(convir – futuro do subjuntivo).
- e) Quando \_\_\_\_\_(descobrir – futuro do subjuntivo) a verdade, mostrai-a a todos.
- f) Se efetivamente \_\_\_\_\_(necessitar – pretérito imperfeito do subjuntivo), serias mais insistente.
- g) \_\_\_\_\_vós enquanto há tempo (fugir – imperativo afirmativo).
- h) \_\_\_\_\_em ti, mas nem sempre \_\_\_\_\_dos outros(criar – imperativo afirmativo/duvidar – imperativo negativo).

**3ª QUESTÃO:** Preencha os espaços com a forma verbal adequada.

- a) Quem \_\_\_\_\_os primeiros deuses? (teriam sido/teria sido)
- b) Fui eu que lhe \_\_\_\_\_que não viesse.(pediu/pedi)
- c) Olhar e ver \_\_\_\_\_para mim um recurso de defesa.(eram/era)
- d) 1% do eleitorado \_\_\_\_\_a mudança.(querem/quer)



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- e) O sistema elétrico brasileiro está comprometido, \_\_\_\_\_ os problemas com a escassez de chuva. (haja visto/haja vista)

**4ª QUESTÃO:** Complete com **que**, **cujo(s)** ou **cuja(s)**, utilizando preposição, se necessário for.

- a) Velha vila \_\_\_\_\_ruas passeiam assombrações.  
b) A escola \_\_\_\_\_gostaria de estudar fica longe da minha casa.  
c) O documento \_\_\_\_\_precisava ainda não foi visado pelo diretor.  
d) O professor informou os alunos \_\_\_\_\_a prova fora adiada.  
e) Uma grande mulher, \_\_\_\_\_figura os velhos se comoviam.

**5ª QUESTÃO:** Complete as frases, adequadamente, com uma das palavras entre parênteses:

- a) \_\_\_\_\_haver jardins, \_\_\_\_\_haver manhãs naquele tempo.  
(pode/podem)  
b) Não faltavam razões para acreditarmos nele, pois \_\_\_\_\_provas suficientes e existiam anotações memoráveis a seu favor. (havia/haviam)  
c) O Governo tomou medidas que vêm \_\_\_\_\_reivindicações dos trabalhadores, evitando, dessa forma, o movimento grevista. (ao encontro das/de encontro às)  
d) \_\_\_\_\_ por aprovados os alunos. (haver mais partícula se)  
e) Não há \_\_\_\_\_tão \_\_\_\_\_de que não resulte algum bem.(mau/mal)

REDAÇÃO:

Tema : **A Proteção Legal dos Recursos Hídricos no Brasil.**

**PROVA ESCRITA DE INTERESSES DIFUSOS E LEGISLAÇÃO**  
**INSTITUCIONAL**

**1ª QUESTÃO:** A nota da indivisibilidade que informa o conceito de interesses ou direitos coletivos no Código de Defesa do Consumidor é absoluta ou relativa? Fundamente e exemplifique.

**2ª QUESTÃO:** No campo das relações de consumo, o Direito Brasileiro previu a "fluid recovery" (reparação fluida)? Resposta fundamentada.

**3ª QUESTÃO:** A sentença homologatória da transação, em ação civil pública de reparação de danos causados ao meio ambiente proposta pelo Ministério Público, faz coisa julgada material? Fundamente. Na mesma hipótese, a sentença homologatória da transação faz coisa julgada em relação a outro legitimado ativo, que não haja participado do processo? Positiva ou negativa a resposta, discorra sobre o assunto abordando a questão dos limites objetivos e subjetivos da coisa julgada na ação civil pública.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**4ª QUESTÃO:** Na ação civil pública que verse sobre interesses difusos, a falta de contestação do réu no prazo legal importa em todos os efeitos da revelia, permitindo o julgamento antecipado da lide? A doutrina é pacífica sobre o assunto? Por quê?

**5ª QUESTÃO:** Para fins de aplicação concreta do artigo 129, III da Constituição Federal, estabeleça a distinção entre "*patrimônio público*" e "*patrimônio social*". Explícite os bens que se enquadram em cada conceito e esclareça, fundamentadamente, se os bens dominicais integram o conceito de "*patrimônio público*" para efeito da tutela a que alude o dispositivo constitucional referido.

**6ª QUESTÃO:** Em matéria de investigação de atos de improbidade administrativa, o que se entende por sequestro atípico? Fundamentar.

**7ª QUESTÃO:** Indique as conseqüências jurídicas da adoção do sistema de responsabilidade objetiva em matéria de direito ambiental e discorra sobre elas.

**8ª QUESTÃO:** Questão prática:

A indústria "Progresso Produtos Químicos S/A", legalmente constituída e estabelecida na cidade de Dourados-MS, opera no ramo de fabricação de agrotóxicos líquidos. Antes do acondicionamento final, o produto é armazenado em tanques adequados, devidamente vedados, que são diariamente vistoriados por técnicos da empresa. Periodicamente são realizados testes de estanqueidade, conforme exigência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

No dia 22 de julho de 2001, domingo, dia em que a fábrica não funcionou, uma descarga elétrica provocada por um raio provocou o rompimento de um dos tanques, onde havia grande quantidade de produto tóxico. Em decorrência deste acidente e das fortes chuvas que caíram naquele domingo, aproximadamente 10.000 litros de produtos tóxicos misturaram-se às águas pluviais e alcançaram o leito do Rio Dourados, fonte de abastecimento de água para consumo humano nas cidades de Dourados e Fátima do Sul.

A água do Rio Dourados era consumida pela população das cidades referidas após tratamento pela empresa Água Boa S/A, concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água na região, com sede principal na comarca de Rio Brilhante.

O Promotor de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, tomando conhecimento do fato em primeiro lugar, instaurou inquérito civil, no qual restou apurado:

- a) a empresa *Progresso Produtos Químicos S/A* funcionava com licença de operação expedida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente;
- b) os tanques distavam 2.000 metros do leito do rio Dourados e não havia na empresa nenhum sistema de segurança para impedir que, em caso de vazamento provocado por qualquer motivo, produtos tóxicos fossem carreados para o Rio Dourados;
- c) em decorrência do vazamento, ocorreu a morte de grande quantidade de peixes e outros seres da fauna aquática do Rio Dourados, na extensão do rio que compreende as cidades de Dourados e Fátima do Sul;
- d) a empresa concessionária dos serviços de abastecimento de água, descumprindo a lei e as normas de segurança estabelecidas no contrato de concessão (obrigatoriedade de testes diários), não detectou a contaminação da água que retirava diariamente do Rio Dourados;



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- e) milhares de pessoas domiciliadas nas cidades de Dourados e Fátima do Sul sofreram problemas de saúde em consequência da ingestão de água contaminada, fornecida pela empresa Água Boa S/A;
- f) as empresas *Progresso Produtos Químicos S/A* e *Água Boa S/A* não possuem bens suficientes para garantir eventual indenização pelos danos causados;
- g) após o acidente, a indústria de agrotóxicos instalou novo reservatório de produtos tóxicos, no mesmo local, e voltou a operar sem adotar nenhuma outra providência, juntando aos autos de inquérito civil laudo firmado por dois engenheiros especializados em sistemas de segurança industrial, atestando que o carregamento do produto tóxico para o Rio Dourados ocorreu por fato imprevisível, causado por forças da natureza, e que a hipótese de um novo acidente semelhante seria remotíssima, argumentando que um raio raramente cai no mesmo lugar e que os tanques de produtos tóxicos estão instalados em local muito distante do Rio Dourados.

Como Promotor de Justiça da Comarca de Fátima do Sul, com atribuições para atuar em todas as áreas, elabore a(s) petição(s) inicial(s) da(s) ação(s) cabível(s), *na esfera cível*, contemplando todas as hipóteses possíveis para proteção do meio ambiente no caso em questão, bem como para assegurar os direitos de todas as pessoas afetadas pelas atividades das empresas referidas.

Os dados fictícios faltantes para elaboração da(s) peça(s) poderão ser livremente incluídos pelo candidato.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO PENAL**

**1ª QUESTÃO:** Em que tipo incide o co-autor do crime de infanticídio? Justifique.

**2ª QUESTÃO:** São expressões equivalentes **crime habitual** e **crime plurisubsistente**? Fundamente.

**3ª QUESTÃO:** O que são escusas absolutórias? Conceitue e exemplifique.

**4ª QUESTÃO:** Como se justificam o antefato e o pós-fato impuníveis?

**5ª QUESTÃO:** Os conceitos nos crimes de gestão fraudulenta e gestão temerária em Instituição Financeira são distintos? Justifique, classifique e exemplifique cada tipo.

**6ª QUESTÃO:** "A", com 40 anos de idade, e "B", menor com 17 anos, acordaram que iriam preparar cocaína, para exportar, sem que estivessem autorizados por lei ou regulamento. Escolheram o local para tal prática e lá deixaram os mapas com os traçados das rotas, que seriam utilizadas no envio da substância, assim como o projeto de instalação da destilaria. Acertada a estratégia, passaram a identificar quem vendia o maquinário, por isso foram juntos à casa de "C", com esse propósito. Todavia, o negócio não se realizou porque o modelo da máquina e demais acessórios que "C" possuía não eram do tipo que pretendiam. Desistiram da compra e retornaram ao local onde planejavam instalar a destilaria. Quando reavaliavam o projeto que estava traçado e discriminado, inclusive a nomenclatura e local onde seria fixada cada peça, foram presos, "C" também o foi, horas após, eis que vinham



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

sendo observados pela autoridade policial, avisada por um vizinho. O inquérito foi instaurado, contendo laudo pericial, que comprovava a eficácia das máquinas para preparar cocaína, assim como a adequação do projeto e dos mapas para instalação da destilaria. Recebidos os autos, na qualidade de Promotor de Justiça, com atribuição para oficiar, indique, fundamentadamente, a capitulação dos fatos.

**7ª QUESTÃO:** Existem crimes militares hediondos? O artigo 290 do Código Penal Militar foi abrangido pela lei 8.072/90? Justifique.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

**1ª QUESTÃO:** No texto constitucional, identifique e conceitue os subprincípios que densificam o princípio do Estado de Direito.

**2ª QUESTÃO:** Aponte os princípios gerais e especiais densificadores do princípio Democrático.

**3ª QUESTÃO:** Trace as diferenças básicas entre a Ação de Inconstitucionalidade por omissão e o Mandado de Injunção, abordando a competência, o cabimento, a natureza e a eficácia das decisões proferidas nestas ações.

**4ª QUESTÃO:** Em um determinado Município Sul-Mato-Grossense é editada uma lei, majorando em 5%(cinco por cento) a alíquota do imposto devido pelos serviços prestados por profissionais liberais procedentes do Estado de Mato Grosso. Tal norma contrariou preceito expresso na Constituição Federal. Responda e justifique.

- a) O controle de constitucionalidade pode ser exercido por via de Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta perante o Supremo Tribunal Federal? A quem compete, no plano federal, arguir a inconstitucionalidade do ato?
- b) Em se tratando de Lei Municipal a competência é do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, para declarar, em tese, em ação direta, a inconstitucionalidade do ato? Nesta situação, a quem compete arguir a inconstitucionalidade?
- c) Não havendo possibilidade de questionar-se a inconstitucionalidade da mencionada Lei Municipal, por via do controle concentrado, qual o modo adequado ao exercício do controle de constitucionalidade?

**5ª QUESTÃO:** No Sistema Constitucional das Crises, teça comentários sobre os princípios informadores, competência, pressupostos, formas, limites e efeitos.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**1ª QUESTÃO:** Dos Juizados Especiais Criminais - ( dissertação – mínimo de 60 linhas ).

Sumário: **1.** Composição. **2.** Infrações penais de menor potencial ofensivo. **3.** Audiência preliminar: Ação penal privada e Ação penal pública condicionada. Ação penal pública incondicionada. **4.** Da denúncia e da queixa. **5.** Citação e intimação. **6.** Atos processuais: realização e documentação. **7.** Sentença. **8.** Recursos. **9.** Execução da sentença.

**2ª QUESTÃO:** É possível a correção da classificação da denúncia para o enquadramento do crime dentre aqueles em que cabe a suspensão do processo?  
Resposta com o mínimo de 40 linhas.

**3ª QUESTÃO:**

- 1) Oferecer denúncia, observando os seus requisitos legais, com descrição e capitulação legal. (art. 41 do CPP)
- 2) Justificar, de forma fundamentada, a capitulação delitiva dada aos fatos.

Fato: ROBERTO, procurado por CARLOS e JOSUE, aceitou tarefa de levar para o Paraguai uma carreta que por eles seria roubada.

Praticado o assalto e o seqüestro da vítima por CARLOS e JOSUE, a carreta foi entregue a ROBERTO em um lugar previamente combinado, para dar continuidade ao plano. Antes de chegar ao destino, ROBERTO foi preso em flagrante juntamente com seu filho JONAS, menor com 17 anos de idade, que fora pelo pai ajustado para servir de “batedor”, dirigindo um veículo Gol.

Os veículos foram apreendidos.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO COMERCIAL**

**1ª QUESTÃO:**

01 - O que são títulos de crédito? Quais são os requisitos básicos do título de crédito e como se classificam?

02 - O que são atos de falência?

03 - Quais exceções sofre o princípio da universalidade do juízo falimentar?

04 - Quais são os comerciantes totalmente excluídos do regime falimentar? E quais os parcialmente excluídos?

05 - Em que consiste a literalidade, a autonomia e a negociabilidade dos títulos de créditos?

06 - O que vem a ser sociedade em comandita por ações?

**2ª QUESTÃO:**



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Procuradoria-Geral de Justiça

Fase cognitiva do processo falimentar. (dissertação - mínimo de 50 linhas).

**PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL**

**1ª QUESTÃO:**

Vitória Lopes, solteira, ajuizou no ano de 1986 Ação de Usucapião Extraordinário, objetivando a declaração de domínio sobre um terreno urbano com seiscentos metros quadrados, de propriedade de Luzia Silva, falecida em 19/06/1963, de que tem a posse, com *animus domini*, mansa e pacífica há mais de trinta anos, por si e seus antecessores.

A falecida não deixou parente sucessível. O imóvel objeto da lide foi arrecadado no processo de herança jacente de Luzia Silva em 24/03/1982, declarado vacante em 14/10/1.983, passando o bem ao domínio do Poder Público.

Em contestação, o Poder Público argumenta que seu domínio e posse são incontestáveis, porque seu direito remanesce à data da abertura da sucessão, e em sendo o imóvel usucapiendo constituído de bem público, é insuscetível de usucapião.

Diante disso, responda fundamentadamente as seguintes perguntas:

- a) aplica-se, em favor do Poder Público, o princípio da *saisine* adotado pelo Código Civil?
- b) a arrecadação da herança, por si só, é causa de interrupção da posse de terceiro?
- c) a declaração de vacância é condição para que o ente público adquira a propriedade em caráter definitivo?
- d) se negativa a resposta anterior, em que momento a propriedade do bem passa definitivamente ao domínio do Poder Público?
- e) no caso, a prescrição aquisitiva pode ser declarada em favor de Vitória Lopes? Em sendo possível, quando se completara o prazo prescricional?

**2ª QUESTÃO:** José de Deus e sua mulher Maria do Céu adotaram Pedro Arcanjo em 15/maio/1970. Os adotantes já tinham dois filhos, Manoel e Ana. A mãe adotiva faleceu em 12/junho/1985 e o pai em 07/setembro/1985. O inventário de ambos foi aberto em 1992, requerendo Pedro Arcanjo sua habilitação como herdeiro dos falecidos, com base no artigo 227, parágrafo 6º, da Constituição Federal. Os filhos legítimos discordaram da pretensão, sob o argumento de que a adoção por força do artigo 377 do Código Civil não gerou direito sucessório. Os autos vieram com vista ao Ministério Público para parecer. Questiona-se: Assiste razão aos filhos legítimos? Fundamente.

**3ª QUESTÃO:** Existe o "jus hereditário" relativamente ao dano moral? Fundamente.

**4ª QUESTÃO:** É possível a coexistência, no mesmo ato jurídico, de dolo e simulação? Justifique.



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**5ª QUESTÃO:** Mário, com sessenta e cinco anos de idade, casou-se com Divina Lurdes sob o regime obrigatório de separação de bens. Posteriormente, o cônjuge varão vendeu seu único bem, uma gleba de terras com trinta hectares que havia adquirido na constância do casamento com a falecida Benedita, com quem tivera três filhos.

Com a totalidade do numerário da venda, adquiriu um imóvel residencial onde passou a morar com Divina Lurdes.

Pergunta-se: No caso, dissolvida a sociedade conjugal, poderá Divina Lurdes invocar a comunhão dos aqüestos? Fundamente.

**6ª QUESTÃO:** A nulidade do casamento pode ser decretada *ex officio* pelo juiz? Em que momento cessam os efeitos do casamento nulo? Justifique.

**7ª QUESTÃO:** O princípio *tantum praescriptum quantum possessum* aplica-se ao usucapião ordinário? Fundamente.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

**1ª QUESTÃO:**

O Município de Patópolis instaurou procedimento licitatório para pavimentação e serviços complementares da Estrada da “Pata Gorda”, tendo a obra sido adjudicada à empresa “ALHI BAHBÁH”, que venceu a licitação.

Posteriormente, ao pretexto de que houve mudança nas prioridades de governo, a empresa contratada, anuindo ao posicionamento da Administração Pública, e, cumprindo a incumbência dela recebida, acabou por realizar obra diversa, em outro local, de implantação do sistema viário (pavimentação, guias, sarjetas, drenagem e serviços complementares) da Praça das Camélias e canalização de trecho do Córrego dos Cavalos, arcando a Administração Pública com o pagamento da respectiva diferença entre o valor de uma obra e outra.

Considerando a obra licitada e contratada, objeto do edital, e aquela efetivamente realizada, de maior amplitude, **responda de forma fundamentada:**

- a) Houve alteração do objeto do contrato?
- b) Tal alteração, se ocorrida, ensejou vulneração a algum(s) dos princípios informativos que regem a licitação? Caso afirmativo, indicá-lo(s), discorrendo a respeito.
- c) Em tendo ocorrido alteração do objeto do contrato, daí decorrerá alguma ilegalidade e/ou lesividade?
- d) O caso (é passível) comporta outorga da tutela jurisdicional via ação popular? Em sendo afirmativa a resposta, subsume-se em qual(is) das hipóteses previstas na referida lei?
- e) Admitido que o caso seja passível de ação popular, quem figuraria no pólo passivo da ação, e em que consistiria(m) o(s) pedido(s) do autor?



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

**2ª QUESTÃO:** Responda de forma fundamentada:

De acordo com a teoria do risco administrativo e da disposição constitucional aplicável à responsabilidade civil do Estado:

- a) As pessoas jurídicas de direito privado podem sujeitar-se ao regime da responsabilidade objetiva?
- b) A ilicitude do ato comissivo é essencial para a obrigação de reparar o dano?

**3ª QUESTÃO:** A exoneração motivada de um servidor público ocupante de cargo em comissão pode ser anulada judicialmente, se comprovado que os motivos alegados não são verdadeiros? Fundamente.

**4ª QUESTÃO:** Em face do princípio da legalidade, os atos exorbitantes do poder regulamentar sujeitam-se a que controle(s)? Fundamente a resposta indicando o(s) dispositivo(s) constitucional(is) pertinente(s).

**5ª QUESTÃO:** Estabeleça a distinção entre anulação e revogação do ato administrativo e os efeitos que operam.

**6ª QUESTÃO:** O poder de polícia encontra limites no tocante aos direitos fundamentais? Justifique.

**7ª QUESTÃO:** O que diferencia o servidor público efetivo do servidor público estável?

**PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**1ª QUESTÃO:**

Leia com atenção o texto abaixo:

"A" e "B" mantiveram um relacionamento amoroso em meados de 1961, época em que ambos eram solteiros.

Como "B" seria uma pessoa de baixa renda, trabalhando no ramo da costura, e "A" seria um jovem de família rica, o romance acabou sendo escondido de toda a sociedade. E, da relação, nasceu "C", em 1963. Com a notícia da gravidez, "A" passou a sustentar a namorada exigindo que ela deixasse as atividades de costureira e dedicasse seu tempo à filha dos dois. "C" teve o convívio do pai até os cinco anos, depois desconhecendo seu paradeiro, restando, apenas, seu registro com o nome do desconhecido "D" como seu legítimo genitor. "C" sempre estudou em escolas particulares, tendo seu verdadeiro pai "A" custeado até sua faculdade. "A" também continuou pagando as contas da casa, inclusive o aluguel do apartamento onde a filha morava com sua mãe, até sua morte, em setembro de 1992.

E foi com a morte de "A" que "C" descobriu sua verdadeira origem. Emocionada com a morte do companheiro, "B" revelou à filha o nome de seu verdadeiro pai, para que pudesse buscar



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

seus direitos. Um ano depois da revelação, "C" entrou com um processo pedindo a anulação parcial de seu registro de nascimento para que fosse colocado no lugar de "D" o nome de seu verdadeiro pai e, assim, fosse reconhecido seu direito à parte da herança deixada por ele. Na inicial, "C" destacou que ela e sua mãe nunca teriam conhecido o pai constante de seu registro e nem teriam estado na cidade onde o documento foi lavrado. Além disso, "B" nunca foi casada. Portanto, a informação do estado civil constante do registro também seria falsa.

A defesa alegou, em PRELIMINAR, com fundamento nos artigos 178 e 362 do Código Civil, que o direito teria prescrito, uma vez que o processo fora movido muitos anos após "C" ter completado a maioridade.

De acordo com as informações contidas no texto, elabore uma peça emitindo parecer jurídico acerca do conflito de interesses, bem como da técnica utilizada.

**2ª QUESTÃO:**

Sob o nome de princípios informativos do processo, apontam-se regras básicas que distinguem os princípios gerais do Direito das normas ideais para o aparelhamento processual. Discorra.

**3ª QUESTÃO:**

I - A Caixa Econômica Federal tem legitimidade passiva para integrar processo em que se discute correção monetária do FGTS?

II - O cheque sacado depois da data prevista para sua apresentação continua sendo título executivo podendo ser cobrado pelo seu portador?

III - Distingue-se a interpretação extensiva da analogia?

Fundamente as respostas.

**4ª QUESTÃO:**

"A grande tendência do processo civil moderno é no sentido de resultados práticos, para se permitir a realização do direito e ao acesso à justiça, com evidente economia processual e celeridade, para que o povo não fuja da justiça. Um processo lento e demorado equivale a uma injustiça" (PINTO FERREIRA). Discorra.

**5ª QUESTÃO:**

I - É possível discutir judicialmente a legalidade de cláusula de contrato de adesão que já tenham sido cumpridas?

II - O acordo extrajudicial feito pelo pai ou a mãe em nome do filho menor, no caso da transação implicar em renúncia de direitos ou de valores monetários do menor, tem validade jurídica?

III - PREQUESTIONAMENTO. Qual o objetivo?

Fundamente as respostas.

**6ª QUESTÃO:**

I - Teoria da Individualização e Teoria da Substancialização. Conceitue.  
Qual das Teorias é recepcionada pelo C.P.C.?



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- II - Causa de pedir próxima e remota. Distinção.  
III - Comente a *mens legis* na dicção dos artigos 126 e 333 do C.P.C.  
Fundamente as respostas.

**7ª QUESTÃO:**

- I - Qual o dispositivo legal que ampara a utilização da exceção de pré-executividade?  
II - Embargo de Declaração pode causar efeito infringente?  
III - Quando e como pode ser utilizado o AGRAVINHO (recurso)?  
Fundamente as respostas.

**PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO**

**1ª QUESTÃO:**

- a) Princípios peculiares do Direito do Trabalho.  
b) Elementos identificadores do Contrato de Trabalho.  
Discorra.

**2ª QUESTÃO:**

- a) Acidente do Trabalho. Doença ocupacional. Concausa.  
b) Pressupostos para o direito à estabilidade prevista no art. 118 da Lei 8.213/91.  
Discorra.

**3ª QUESTÃO:**

- a) Requisitos para que o direito comum e processual comum possam ser aplicados como fontes subsidiárias do Direito do Trabalho.  
b) Na terceirização de serviços através de sociedade cooperativa, a quem compete o exercício do poder diretivo?

Fundamente as respostas.

**4ª QUESTÃO:**

- a) Contratada por um período de experiência, uma trabalhadora descobre-se grávida e manifesta, junto ao empregador, o desejo de prorrogar o contrato firmado pelas partes. Qual a consequência jurídica da falta de atendimento do pleito por parte do empregador?  
b) O empregado fora notificado de que a partir daquela data não mais seriam utilizados seus serviços, sendo que a empregadora determinou que o mesmo cumprisse o aviso prévio em casa. Qual o prazo para o pagamento das verbas rescisórias?  
Fundamente as respostas.

**5ª QUESTÃO:**

- a) Quais são os pressupostos para o reconhecimento de horas *in itinere*?



**Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**  
Procuradoria-Geral de Justiça

- b) Sobre as horas *in itinere* há incidência de adicional?  
Fundamente as respostas.

**6ª QUESTÃO:**

- a) Adesão a plano de demissão voluntária garante quitação total?  
b) Empregada doméstica gestante goza de estabilidade provisória?  
Fundamente as respostas.

**7ª QUESTÃO:**

- a) As regras estabelecidas em convenção coletiva do trabalho perdem a validade quando expirado o prazo de vigência do instrumento?  
b) É aplicável na Justiça do Trabalho a Teoria da Despersonalização da Pessoa Jurídica?  
Fundamente as respostas.